

NA VIA DO BEHEMOTH*

Gérard Rabinovitch

Filósofo,
sociólogo,
pesquisador do
CNRS-Cerses,
Universidade de
Paris V.

Tradução
Contra Capa

RESUMO: O momento nazista permanece um enigma impensado de que a cultura contemporânea continua cativa. O autor levanta a hipótese de que a persistência desse enigma e seus estragos duráveis se devem à insistência dos pensamentos político, sociológico e filosófico em construir o nazismo à luz da metáfora hobbesiana do Leviatã. Propõe retomar a questão do nazismo sob a perspectiva do Behemoth, antônimo do Leviatã. Para tanto, sugere a necessidade de retornar a Freud e à psicanálise, balizas de um possível novo pensamento do político que escrutine a destrutividade nazista. Propõe ainda sondar as homologias entre nazismo, corjas e máfias, com base na figura da “heroicização da violência” que lhes seria comum. E avança um modelo “econômico”: a quimera, suscetível de capturar o caráter heterotópico e heterocrônico de sua construção criminosa.

Palavras-chave: Leviatã, Behemoth, nazismo, heroicização da violência, destrutividade.

ABSTRACT: The paths of Behemoth. The Nazi moment remains as the thoughtless enigma of which contemporary culture is still captive. The author raises the hypothesis where the persistency of this enigma and its durable damages are due to the insistence of the political, social and philosophical thoughts in building the Nazism at the view of the Hobbesian metaphor of Leviathan. It is here proposed to resume the Nazism matter under Behemoth’s perspective, antonym to Leviathan. For such, it is suggested a necessity to look back at Freud and the psychoanalysis, structured by a possible new political thought which scrutinizes the destructivity of the Nazism. It is also here proposed to gaze at the homologies between Nazism, mafias and gangs, with a base in the figure of “violence as a heroically act” that are their common ground. The author also advances an economical model: the chimera susceptible to capture the heterotopic and heterochronic character of its criminal construction.

Keywords: Leviathan, Behemoth, Nazism, violence as a heroically act, destructivity.

* Artigo publicado em *Cliniques Méditerranéennes*, n.75, 2007/1. Les maladies du libéralisme. Paris: Érès.

Atribuem-se ao menos três escândalos à psicanálise. O primeiro concerne à explicitação da sexualidade infantil. O segundo diz respeito à divisão do sujeito entre o sabido e o não-sabido de si mesmo. O terceiro está contido na afirmação de que, em si, o homem é pouco afeito aos esforços exigidos pelo trabalho de civilização e, na realidade, permanece um assassino. Essa observação, feita por Sigmund Freud em 1915, em *Reflexões para os tempos de guerra e morte*,¹ é desde então uma constatação intrínseca à psicanálise, a respeito da qual ele, de todo modo, precisou averiguar as próprias reticências quanto às suas implicações últimas em *O mal-estar na civilização*: “Não consigo compreender como pudemos desconhecer a onipotência da agressividade e da destruição não erótica, sem conseguir dar a ela seu lugar em nossa interpretação da vida” (FREUD, 1929/1971).

E esse escândalo, doravante articulado ao que era inicialmente uma hipótese especulativa, “a pulsão de morte”, permanece vivo em suas implicações políticas e éticas, embora delas se esquivem o que Lacan chamou de “picuinhas de patricinhas analíticas” (LACAN, 1966).

Para o sociólogo ou filósofo político que constata o deslocamento de Freud e se vê convocado por ele, todos os textos ‘socioantropológicos’ que escreveu podem, de um modo ou de outro, servir de balizas para construir um pensamento clínico da Cultura e do Político, sem que isso resulte em retirar a interpretação freudiana e suas nosografias do campo clínico.

Revela-se mais pertinente, todavia, estabelecer o acampamento de observação em *O mal-estar na civilização*. Pertinente porque, depois de *Reflexões para os tempos de guerra e morte*, é nele que se prolonga a via da concepção freudiana sobre a Barbárie (BIRMAN, 2002; RABINOVITCH, 2005). Com efeito, é nesse texto salomônico, datado de 1929, cujas linhas não somente derrubam a concepção idealista que servia de sustentáculo da marcha do Ocidente para a democracia, como põem em questão todo o edifício de seus fechos normativos ético-comportamentais, que Freud insiste na falha de não ter levado em conta a *agressividade*, a *crueledade* e a *destrutividade* humanas. E descobre uma falta maior, de que essa concepção será moralmente responsável: a de obstinar-se em olhar alhures.

¹ Depois de evocar a “delicadeza ética” inscrita nos “selvagens” em suas superstições concernentes à morte, e “que nós, homens de cultura, perdemos”, Freud acrescenta: “como os homens primitivos, somos, se considerados à luz de nossas moções inconscientes, um bando de assassinos. É uma sorte o fato de nem todos os desejos possuírem a força que lhes era atribuída pelos homens dos tempos primitivos, pois a humanidade teria perecido há muito tempo no fogo cruzado de maldições recíprocas. [...] Com teorias como essa, a psicanálise, na maior parte do tempo, não encontra nenhuma crença junto aos profanos. Elas são repelidas como calúnias e, diante das garantias da ‘consciência’, não entram em consideração, sendo habilmente omitidos do que se vê os pequenos indícios pelos quais mesmo o inconsciente costuma trair-se para a consciência” (FREUD, 1915/1988).

O mal-estar na civilização constitui uma referência fundamental, uma sinalização para o futuro das ciências políticas, mas também permanece, como o *Kohelet* salomônico, incontornável em sua predicabilidade, pois Freud, além de remanejar e desenvolver a teoria clínica — a das pulsões de vida e de morte, heterogêneas uma a outra, mas em geral compostas —, delinea a condição primordial para, quem sabe, evitar o que se tramava e ele pressentia, mas não conseguia identificar e se tornaria fatal em um lapso de tempo muito curto: a necessidade imperativa de considerar a potência mortífera imorredoura que reside na espécie humana. Em 1934, ele acrescenta na conclusão de *O mal-estar na civilização* uma invocação a Eros em sua eterna luta contra seu adversário não menos imortal — sabe-se que Freud jamais mencionou Tanatos em seus escritos, embora oralmente, segundo — Ernest Jones, opusesse um ao outro (JONES, 1990) — deixando em aberto qual dos dois venceria ao fim e ao cabo. Antes desse acréscimo, Freud diz, no último parágrafo do texto, que a questão do destino da espécie humana parecia apresentar-se desta maneira: “Em que medida o progresso da civilização poderá dominar as perturbações trazidas à vida em comum pelas pulsões humanas de agressão e autodestruição?”

Há, no campo do político do “coletivo”, duas figuras míticas com as quais se pode sondar o “destino patológico das sociedades civilizadas” (FREUD, 1929/1971), desde que se considere a democracia como um valor político incondicional, tal qual nos foi transmitido, em última instância, por Raymond Aron, Claude Lefort e Isaiah Berlin: *Leviatã* e *Behemoth*.

Essas figuras vêm da escatologia judaica de origem babilônica, na qual designavam dois monstros terríveis. *Behemoth* reina sobre a terra e *Leviatã*, sobre os mares. O primeiro alcança seu zênite no mês de *Tamouz*, durante o solstício de verão, ao passo que o segundo se agita no mês de *Tevet*, sob o frio do solstício de inverno. Encontramos sua menção no Livro de Jó e sua invocação nos Salmos e em Isaías. Hobbes, depois de Santo Agostinho, popularizou as duas figuras no Ocidente: *Leviatã* designa o Estado coercitivo e *Behemoth*, o seu antônimo e *pendant*: o não-Estado, o caos, a desordem mortífera da ausência de Lei. Nos dias de hoje, *Leviatã* se tornou o nome genérico e alegórico das formas opressivas e totalitárias do político, tendo *Behemoth*, na seqüência de *Estruturas e práticas do nacional-socialismo*, de Franz Neuman, responsável pela reintrodução de sua figura (NEUMAN, 1987), sido oportunamente adotado para designar, de modo genérico, as forças conjugadas da destruição da humanidade no homem, desde o nazismo até os esporos deixados por ele, tal qual uma planta maléfica.

Para usar termos freudianos, sugiro a proposição filosófica de que *Leviatã* é o nome de um estado de *liquação mortífera* por excesso de coação, e *Behemoth*,

o de uma situação de *desligamentos tanatofílicos*, estando ciente de que há também ligações e desligamentos de vida (ZALTZMAN, 1998). A distinção passa não pela alternativa ligação ou desligamento, e sim pelo esquema mórbido ou pela dinâmica erótica que os anima.

Quase todas as tentativas de sondar o que ainda é enigmático no nazismo — à exceção de Franz Neuman e do historiador Arno Mayer, que retoma sua indicação (MAYER, 1990) — foram feitas sob o registro do Leviatã, a começar pelo livro *Novo Leviatã*, escrito na mesma época pelo historiador e filósofo inglês Robin George Collingwood, contemporâneo de Neuman (COLLINGWOOD, 2001).

Sempre se procurou construir o nazismo no Leviatã, a começar pela imagética de desfiles e toques de recolher acompanhados de archotes, recuperada em arquivos cinematográficos contemporâneos, e pelas vociferações públicas ou radiofônicas do Führer, habitualmente transmitidas como signos sonoros do nazismo. Todos eles ícones indutivos e clichês de um suposto Leviatã, inclusive na melhor sociologia, com a obra *Modernidade e Holocausto*, de Zygmunt Bauman (BAUMAN, 2002).

A confusão se propagou nos meios psicanalíticos contemporâneos, nos quais freqüentemente se conjectura que, na redação de *Psicologia de grupos e análise do eu* (FREUD, 1921/1991), Freud teria aludido ao nazismo, ainda que o partido nazista tenha sido fundado depois disso e fosse, na ocasião, menos do que um grupelho, mas já um *bando*, e ele se refira de modo explícito — mirando o que ocorria na Rússia bolchevista — ao que chamou de “ligação socialista”, como forma contemporânea de “ligação de massa”. *Psicologia e grupos e análise do eu* é, por certo, um indicador para pensar o Leviatã, se bem que mais no Leste europeu, como sugere a indicação de que se deve procurá-lo no “Socialismo real”. Tout passe, do escritor e dissidente soviético Vassili Grossman, basta para nos esclarecer a esse respeito (GROSSMAN, 1984).

O que insiste nessa obstinação de construir o nazismo no Leviatã, em detrimento de decifrá-lo no Behemoth? Sem dúvida, trata-se do pensamento progressista típico do Ocidente, o “preconceito burguês” pelo qual Freud não se deixava oprimir, como observou Lacan (LACAN, 1966). Em outras palavras, “esse humanismo, cristão ou leigo, inteiramente contido na máxima “o homem é alguma coisa que deve ser libertada”, nas palavras do fulgurante texto de Jean-François Lyotard, cuja leitura é incontornável: *La mainmise*. Lyotard acrescenta, referindo-se ao esquema ocidental: “O ideal moderno ocidental da emancipação confunde todas as ordens”. “Será emancipado aquele ou aquilo que só deve algo a si mesmo. Liberto de toda dívida com o outro.” “Pensa-se que o homem deve tão-somente libertar-se, e que ele deve isso apenas a si mesmo”, observando ainda que o homem de hoje “só se respeita e é respeitável por isso. As penhoras são reconhecidas apenas para serem denegadas” (LYOTARD, 1993).

Esse ‘humanismo’ só sabe identificar o inimigo político em seus aspectos coercitivos, constrangedores e estatizantes. Tal projeto de libertação sem limites só pode sustentar-se no fluxo mantido por seu bimilenarismo paulino, em um véu de cegueira, justamente aquele levantado por Freud em *O mal-estar na civilização*.

É exatamente nisso que, embora consistente, a tese de Zygmunt Bauman rateia. Seu ensaio não tem por objetivo elucidar a obscuridade nazista. Visa combater sua característica criminal emblemática: a industrialização do assassinato de massa decorrente da tentativa de exterminar o povo judeu. Distanciando-se das diversas contorções sedativas, que buscam apenas recobrir a hiância do sentido e o desmoronamento das tranqüilidades produzidas no Ocidente, Bauman não evita a questão da interseção entre a modernidade e a efetividade desse extermínio.

Em seu primeiro círculo, designa o arcabouço do “crime de bureau”, a rede administrativa de gestão do “Holocausto” (ele o diz desse modo anglo-saxão), por intermédio de dispositivos burocráticos. “Trata-se apenas de planejar cuidadosamente, conceber tecnologia e equipamento técnico apropriados, estabelecer um *budget*, calcular e mobilizar os recursos necessários; em suma, uma questão de mera rotina burocrática” (BAUMAN, 2002). Em socorro ao “crime de bureau”, ele faz referência à “mediação da ação”, um dos traços mais engenhosos e originais da sociedade moderna, observado pelo filósofo norte-americano John Lachs. Isso porque a intermediação tem como efeito esconder do autor as conseqüências de sua ação. Quando se perde o contato com os próprios atos, “mesmo o melhor dos homens se move num vazio moral” (LACHS, 1981). Toda possibilidade de avaliação moral, portanto, encontra-se curto-circuitada nessa separação funcional das operações, da qual decorre, como afirma Bauman valendo-se de Lachs, uma substituição da responsabilidade moral pela responsabilidade técnica.

Em seu segundo círculo, Bauman identifica a predominância tendencial da “engenharia social”, a respeito da qual usa uma imagem incerta: “o Estado jardineiro moderno que considera a sociedade governada por ele como um objeto a ser cultivado e desembaraçado de suas ervas daninhas”. O racismo e “o higienismo político” constituem os principais operadores instrumentais e instauradores dessa “engenharia social”. Além disso, Bauman não deixa de ressaltar o quanto o racismo e o higienismo político acreditam ser, cada vez mais, referências potentes das “ciências da natureza e da vida”, biologia e medicina, ao longo do século XIX, seja desempenhando funções de metáforas organicistas (SCHLANGER, 1971), seja a serviço de reservatórios léxicos (RABINOVITCH, 2000).

Com pertinência, ele enfatiza ainda o laço, muito raramente considerado, entre os projetos eugênicos e de eutanásia do poder nazista, o “Programa T4” de eliminação de deficientes mentais, entrevados etc., tentativas de toda sorte

do eugenismo “positivo” do *Lebensborn* e da política de extermínio. Unidos sob uma mesma rede semântica assassina, reúnem-se pela transferência de procedimentos (gasificação) ou competências (médicos SS) adquiridas durante o “Programa T4”.

Para Bauman, portanto, é na *confluência* entre a “engenharia social” como princípio político subjacente da modernidade e a instituição da grade rotineira da burocracia, entendida como prática gestora moderna do que é próprio ao social, que a possibilidade realizada do “Holocausto” se estabelece. Isso se dá, de todo modo, porque ambas são filhas do “espírito da racionalidade instrumental”. “As regras da racionalidade instrumental são singularmente incapazes de impedir tais fenômenos”; “não há nada nas regras da racionalidade instrumental que desqualifique os métodos de engenharia social característicos do Holocausto como impróprios e irracionais”, observa com acerto Bauman. A razão instrumental comporta, *sui generis*, os mecanismos de liquidação das empatias e de desresponsabilização moral de cada sujeito. “Na verdade, a história da organização do Holocausto poderia se tornar um manual de gestão científica”, conclui.

Muitos outros traços do nazismo não ligados à realização da política de extermínio e não evocados por Bauman poderiam ser acoplados transversalmente à sua tese e servir de apoio ao seu ponto de vista. Por exemplo, tudo o que o historiador americano Jeffrey Herf nomeou como “modernismo reacionário” (HERF, 1984), e que é o tema do livro *A fascinação do nazismo*, de Peter Reichel (REICHEL, 1993): a organização dos lazeres operários pela “comunidade nacional socialista *A força pela alegria*”; a domesticação das massas pela indústria midiática de prazeres narcotizantes (rádio, cinema etc.), orquestrada por Goebbels; as reformas sanitárias da luta nazista contra o câncer (PROCTOR, 2001); e mesmo o próprio anti-semitismo, coração teológico-político do nazismo, mas também instrumento de desestruturação dos valores normativos do Ocidente cristianizado. “Os povos que entregam seus judeus abandonam com eles sua maneira de viver, determinada pelo falso ideal, judaicamente influenciado, de liberdade que até então possuíam”, declarou o dr. Bost, chefe da SS, em 27 de julho de 1942. E instrumentalizado como meio de garantir as complacências e as cumplicidades para além das fronteiras do Reich, ferramentas de sua empreitada. Foi bem isso o que observou Hannah Arendt, ao dizer que o anti-semitismo nazista jamais foi uma questão de nacionalismo extremo, tendo funcionado desde o início como algo internacional.

Ao fazer da “revolução nazista” apenas um exercício de engenharia social em escala grandiosa, cuja “cepa” racial “era a malha fundamental da cadeia das manipulações”, Bauman negligencia, para a comodidade do estabelecimento de

sua tese meritoriamente desviante, numerosos aspectos do nazismo em atos. A princípio, a técnica nazista do poder e seus costumes políticos: a intimidação, a corrupção, a chantagem, o engano, a extorsão, o comprometimento, a falsificação e o assassinato são *standards* combinados dessa técnica. Assim, descuida-se, entre outras coisas, da corrupção abertamente encorajada, ligada à “arianização” dos bens judeus e às espoliações. Esta, no entanto, fazia de seus beneficiários comprometidos (do dono da empresa ou financista, até a soldadesca e o conjunto dos escalões intermediários, funcionários, cobradores, que recebiam parte do saque redistribuído) um aglomerado de cúmplices.

A “intermediação” e a “razão instrumental”, que são o coração da tese de Bauman, não poderiam servir para esvaziar essa dimensão. Como observa Hans Mommsen, “a corrupção sem limites dos funcionários do regime, sobretudo em relação à expropriação dos judeus, contribuiu para rarefazer a crítica da deportação e do extermínio” (MOMMSEN, 1998). Raoul Hilberg, por sua vez, nota que a “corrupção era inerente ao processo de destruição. Proibia-se apenas a corrupção oficiosa” (HILBERG, 1988).

Desse modo, Bauman omite também que “o Estado nacional-socialista era, na realidade, pluralista, em um sentido funesto de termo. Nele, a vontade política se formava pela concorrência selvagem dos mais poderosos *lobbies* sociais” (ADORNO, 1984). Foi isso que Franz Neumann analisou minuciosamente em seu estudo, ao se interrogar sobre a própria possibilidade de nomear a Alemanha nazista um Estado: “Trata-se muito mais de uma gangue, cujos chefes são coagidos a concordar depois de contendas” (NEUMAN, 1987).

Ainda na mesma direção, Bauman parece ignorar como a autodestrutiva e ininterrupta “sede de poder político” acarretou a destruição da economia alemã, notavelmente estudada por T. W. Mason, *a contrario* dos ícones do desenvolvimento que permanecem clichês de construção de auto-estradas e cadeias de produção da Volkswagen (MASON, 1966).

Apenas esses aspectos já indicam a necessidade de matizar a construção de Bauman. Há no nazismo uma *destrutividade fundamental* em ação, que deve não só ser escutada, como também, sem invalidar a montagem de Bauman, articulada a ela.

Como certa vez Freud afirmou, “a psicanálise se acostumou a descobrir coisas secretas e escondidas, a partir de traços subestimados ou dos quais não nos damos conta, por pertencerem ao que se deixa de lado — o que se ‘recusa’ — na observação”.

A passo igual dessa *démarche*, convém fixar a atenção nas figuras da agressividade nazista. Discerniremos, assim, uma *cifra criminal* que o nazismo, apesar de

esta não lhe ser exclusiva, levou ao paroxismo. Instalou-a no político e pôs à sua disposição o aparelho de Estado e o conjunto dos dispositivos de regulação técnica e administrativa, que, após terem sido apoderados, tornaram-se instrumento de assassinatos sob demanda, o que Bauman nos faz reconhecer.

Em *A irresistível ascensão de Arturo Ui*, obra muitas vezes aclamada por sua performance de agitprop, mesmo que de modo insuficiente, haja vista seu efeito de verdade, Bertolt Brecht identificou essa cifra criminal de imediato e de maneira não metafórica, mas literal. Sem ter sido ouvido a tempo, pelo menos um outro o confirmou, para além do possível e antes da Guerra, por ter freqüentado os nazistas durante algum tempo: trata-se de Hermann Rauchning, cujo testemunho *Hitler me contou* e o ensaio *A revolução do nihilismo* (RAUCHNING, 1939, 1980) são fontes de primeira importância, apesar de, exatamente por isso, continuarem a ser constantemente escamoteadas.

De fato, lemos essa indicação em muitos autores e testemunhos de referência: Robert Antelme, Primo Levi, Hermann Langbein, Eugen Kogon, Golo Mann, Franz Neumann, Joseph Kessel, Siegfried Kracauer, Douglas Sirk, Klaus Mann, Ernst Bloch, Léo Strauss etc. Cada um deles compara os nazistas, formal ou indiretamente, a gângsteres. É insensato acreditar neles e não apagar uma intuição proveniente do que foi vivido, mas jamais desenvolvida, mesmo que repetida, dispondo-os na prateleira de analogias formais ou polêmicas...

Sociólogos e antropólogos levados a trabalhar sobre a subcultura da Máfia tradicional (Pino Arlacchi, Herman Hess, Anton Blok e Francis Ianni, entre outros) identificaram seus traços, a serem ainda interrogados. Detenhamo-nos apenas no que nos ensinam os trabalhos de Pino Arlacchi (ARLACCHI, 1986) sobre a subcultura mafiosa: as regras de coragem, astúcia, ferocidades, práticas de roubo e fraude; a concepção real da “honra”, fundamentada na aptidão à violência e ao homicídio; a prática sistemática do duplo discurso, do embuste; o imperativo da subordinação; o status das mulheres; a guerra de “todos contra todos”, a livre disposição sádica sobre os fracos e os indefesos; a audácia; e a hierarquia baseada na predominância do mais forte, do mais agressivo, do mais astucioso; encontramos seus homólogos em *Schwartz Korps* e em *Schutz Saffel*. “Nos castelos de minha corporação, crescerá uma juventude que aterrorizará o mundo. Quero uma juventude violenta, despótica, destemida, cruel”, segredava Hitler a Hermann Rauschning. Ou exigia da seção *werewolf* (lobisomem) da SS, especializada em terrorismo e assassinatos individuais: “Vocês devem ser indiferentes à dor. Não devem conhecer nem ternura, nem piedade. Quero ver, nos olhos de um jovem implacável, o brilho de orgulho e independência que leio no olhar de um animal de rapina” (FROST, 1973).

Ser membro da “Honorável sociedade” equivale a ser um homem valoroso e ativo, que desdenha o risco e enfrenta a todos sem qualquer escrúpulo. O uso

da violência homicida é indispensável a um “homem de honra”. Chega a ser seu critério de iniciação. Uma acusação por golpes e ferimentos quer dizer que um jovem de honra se distinguiu por meio de sua arrogância e audácia. Quanto mais grave for o delito, mais alta será a consideração do grupo. A agressividade e a violência são sempre sancionadas de modo positivo. Apenas a vitória obtida por todos os meios na luta pela supremacia é decisória do poder mafioso. Os critérios de seleção da elite mafiosa se baseiam no princípio da rivalidade sem piedade. Elevado nível de agressividade, firmeza de nervos, inteligência, ferocidade e aptidão para tomar decisões rapidamente são condições necessárias à direção de uma família. Por essas razões, o princípio absoluto de subordinação é sua única garantia temporária.

Disso se deduz, evidentemente, que nem todas as vidas têm o mesmo valor. A vida de uns vale menos do que a de outros. Alguns homens, portanto, podem ser mortos, sem que isso seja um ato condenável. O corolário é este: “que a bondade fingida, a condescendência e a gentileza, na condição de armadilhas insuspeitas e mortais para os ‘recalcitrantes’, os ‘infames’, os ‘indignos’, sejam características da ‘relação’ com os homens comuns e os inimigos”. Varlam Chalamov, autor de *Goulag*, fez uma constatação similar a respeito da corja em seus *Ensaio sobre o mundo do crime*: “A mentira, a falsidade, a provocação contra aquele que não faz parte do bando — quando justamente se lhe deve a vida —, tudo isso não apenas está na ordem das coisas, como é um título de glória, uma lei da canalha” (CHALAMOV, 1993).

Essa descarga *heroizada* da agressividade, da crueldade, da mentira e da perfídia de como “estar no mundo” é quase idêntica, termo a termo, àquela da *heroicização* do “super-homem”, tal qual o nazismo a apresenta. Essa *heroicização* está no centro das propostas de Hitler, de Goebels, de Himmler etc. É a mesma da SS como guarda pretoriana, na qualidade de corpo de elite e de “núcleo” da “Ordem nova”. A SS não é um apêndice periférico do poder nazista, encarregada de tarefas desprezíveis, como o poder político clássico pôde, algumas vezes, fazer uso de malfeitores em zonas sombrias de seu exercício. A SS está no centro do sistema nazista da dominação, o que é coerente com os princípios de seleção e de promoção das elites e dos dirigentes do nazismo e de seu próprio “estar no mundo”.

Essa maneira de “estar no mundo”, esse estado de *conjunção* permanente, como o compreende Rauchning, não é antinômico aos princípios de repressão de comportamentos não adequados. A máfia tradicional combate ladrões, bandidos, vagabundos e homossexuais como os nazistas os deportarão, fazendo deles, se necessário, auxiliares na cidade (a máfia) e nos campos de concentração (nazistas). Evidentemente, não é o roubo, o assassinato ou o associativismo que são condenados, mas sim a insubordinação destes ao poder dos clãs mafiosos ou das “senhorias nazistas”.

A violência muito particular da linguagem nazista também é uma manifestação dessa heroicização da violência como forma de “estar no mundo”: *pejoração*, *calúnias*, *insultos*, *denigrações*, *invectivas*, *ameaças*. Tal qual a ironia cruel como postura jubilosa: os campos de concentração de que Eugène Kogon nos dá a alcunha nazista *Konzerlager* para designá-los, a inscrição *Arbeit macht Frei* no frontão de Auschwitz, a orquestra que acompanhava a chegada dos deportados, designados com vocábulos coisificantes como *stuck* (peças), *figuren* (bonecas), *Schmattès* (trapo), e o cão Barry em Sobibor, treinado para mutilar os detentos e chamado de ‘homem’: “homem, estraçalhe este cachorro”. Talvez até mesmo os eufemismos de sua linguagem codificada: “solução final”, “passagem pela eclusa”, “dedetização”, “evacuação”, “tratamento especial”, nos quais acreditamos ouvir, até hoje, apenas uma operação de dissimulação. Certamente, soam também como chacota a estreita passagem para as câmaras de gás, batizada de “caminho do céu”, e as chamadas “salas de banho”.

Como relatou Hermann Rauschning, “o riso de Hitler não passa de uma forma de insulto e desdém”. O que está de acordo com esta declaração de princípios hitleriana: “A consciência é uma invenção judaica e, como a circuncisão, uma mutilação do homem”...

Uma *heroicização da violência* que, sob a forma de *ideal*, poderia ter impregnado o conjunto do corpo social comum de maneira imitativa e intimidadora. Em uma das extremidades da hierarquia sociopolítica, há o que o memorandum do almirante Eric Reader, citado em nota por Hannah Arendt, consignava: “Ao longo dos anos, cheguei progressivamente à conclusão de que o próprio Führer tendia sempre para a solução mais radical” (ARENDDT, 1972). Na outra, uma quantidade muito pequena de recrutados, que se recusavam a participar das ações de extermínio, pois achavam que os motivos para matar eram “muito fracos” (BROWNING, 1994).

No caminho da identificação da cifra criminal, em sua permanência nas práticas mafiosas e nazistas, seria preciso perguntar se a vontade de ‘desaparecer com’ ou de apagar os cadáveres dos assassinados nos campos de concentração decorre apenas da “industrialização da morte”, ou se ela também ecoa na significação dada a essa vontade pelos mafiosos e pela corja, quando procedem da mesma maneira: um sinal último de injúrias e desdém. E também se os dispositivos de neutralização e sideração empregados pelos nazistas para deportar os judeus e levá-los até as câmaras de gás não equivaleriam, em grande escala, ao apaziguamento e à tranquilização da vítima já condenada, a fim de executá-la com mais segurança, sem lhe engendrar suspeitas e tampouco à opinião pública, como o fazem, habitualmente, as práticas dos mafiosos. O relatório de um *Einsatzgruppen*, datado de 3 de novembro de 1941, diz: “Trinta mil judeus se agruparam (em seguida a um chamado) e, graças a uma organização extrema-

mente bem concebida, não deixam de acreditar em sua próxima reinstalação até o momento de sua execução.”

Bauman ressalta operadores semânticos da “engenharia social” na mixórdia ideológica nazista, que joga com a sugestão e o irracional, sua “visão do mundo” misturando ocultismo, mitos pagãos, milenarismo político, semânticas camponeas e léxicos pastorais, bem como faz dessa ideologia não apenas uma doutrina de conseqüências criminais, mas também a roupagem e a narrativa de uma intenção criminal primeira. A doutrina nazista recolhe e justapõe um agregado de enunciados extraídos de produções do século XIX e dos esquemas mentais constitutivos do “camponês-burguês” (SCHOENBAUM, 1966), para imprimir suas marcas ideológicas numa conjuração e no oportunismo niilista que o acompanha. Essas semânticas constituíram tanto veículos de propagação societária quanto “vestes falsas” necessárias, a fim de que os “gozos” não fossem desnudados.

A técnica nazista do poder e seus costumes políticos são esclarecedores. Eles constituíram o *modus operandi* com que os nazistas conseguiram, a um só tempo, garantir sua dominação, entorpecer as massas, derrotar os adversários e siderar suas vítimas. O *gangsterismo* dos nazistas, muitas vezes evocado em testemunhos, não é uma metáfora grandiloqüente e excessiva, mas sua marca mental. Está igualmente no cerne da realização efetiva do extermínio.

Pressentimos a vacuidade do debate de escola que opõe historiadores ‘funcionalistas’ e historiadores ‘intencionalistas’: saber se os nazistas tinham a intenção ‘por princípio’ de exterminar os judeus ou se o objetivo de exterminá-los apareceu ‘ao longo do percurso’, como uma direção única nascida das condições da guerra. A interrogação emergiu do que pareceu ser uma racionalização técnica progressiva dos métodos e dos meios em ação para a realização da *Endlösung* (a ‘solução final’).

Aqui, Bauman vai, com muita rapidez, ao encontro dos ‘funcionalistas’: “A lição mais impressionante destacada da análise do caminho tortuoso para Auschwitz é que, por fim, a escolha do extermínio como melhor meio de realizar a *Entfernung* era produto de procedimentos burocráticos comuns: cálculo da relação custo-benefício, equilíbrio do *budget*, aplicação de regras de valor universal” (BAUMAN, 2002).

A lógica criminal do gangsterismo psicocultural nazista podia muito bem conter, em sua estrutura, o extermínio. As hesitações observáveis não são seu desmentido, mas sua cinética própria. Elas são apenas manifestações do traço de gozo que anima o nazismo: a *heroicização da violência*. Por causa disso, dá-se sempre a decisão mais violenta, a pior das “invenções”, que, a cada vez, suplantarão as demais. O caos mortífero e mórbido dos campos também o testemunha.

Em seu primeiro quartel, o século XX espreitava a plebe com esperança ou pavor. Aguardava o proletariado, mas quem chegou foi a corja política: costumes canalhas, estéticas de vigaristas, modos de malfeitores, prazeres de crápulas. O nazismo resume esse amontoado: não o nome genérico de uma política de conseqüências criminais, mas a emergência no campo de ação do político do *modus operandi* e da *episteme* de gângsteres. Não mais vigaristas evoluindo às margens do político, na zona sombria de manobras baixas, negociatas de serviços ocultos e partilhas de influências, e sim uma corja instalada em seu centro, parcialmente unificada e empenhada no fortalecimento do Estado moderno.

A crítica do Estado moderno, da racionalidade instrumental e da administração burocrática das coisas e dos humanos reduzidos a elas, tal como feita por Bauman, é pertinente, mas, ao fim, nos diz menos do “arco de gozo mortífero” determinante do nazismo do que de sua recepção em uma configuração moderna. “A violência se tornou uma técnica”, analisa esse autor, porém, ao longo da história humana, ela nunca deixou de sê-lo, como nunca deixou de ser tetanizante e subjugadora, inquietante e sedutora, e, sobretudo, captora.

O que está em jogo é a *permeabilidade* da racionalidade instrumental à violência extrema, uma vez que a racionalidade instrumental traz consigo, em decorrência de suas lógicas coisificantes, um não-sabido de violência. Essa mesma *porosidade* é um fator de amplificação. A instrumentalização coisificante inerente à racionalidade instrumental se torna, por sua vez, um instrumento nas mãos da “heroicização da violência” infiltrada, combinando um *precipitado* de destrutividades tanatofílicas. Em outras palavras, o que pertence à dimensão do *Leviatã* é absorvido pelo *Behemoth*.

Bauman deixa escapar a agressividade e inclusive a afinidade eletiva, realizada, entre o tropismo criminoso da “heroicização da violência” (arrisquemos um embate de conotações freudianas: em função do “Ideal do eu”) no nazismo e a racionalidade instrumental e seus implícitos coisificantes. Falta a ele a representação-modelo da Quimera, ou seja, na continuidade do que havia sido formulado na intuição primeira de Ernst Bloch, com seu conceito de “não-contemporaneidade” (BLOCH, 1978), o caráter *heterocrônico* e *heterotópico* delineado no nazismo, a montagem disparatada de arcaísmo e modernidade, observada também por Talcott Parsons (PARSONS, 1993), a junção de “culturas sociais” sociologicamente heterogêneas, fusões enredadas de semânticas (notadamente agrícolas e médicas).

O nazismo é uma quimera, feita de gangsterismo da ação, gesto camponês, biologismo médico e racionalidade instrumental. Foi essa quimera que teceu a tela do extermínio.

É preciso levantar aqui a hipótese de que tal quimera não adquire sua consistência sob o ângulo de uma racionalidade particular. Cabe conjecturar que ela

adquire sua consistência da disposição dos traços congruentes de seus constituintes sobre o eixo das morbidades que poderiam encobrir. Passadores de “gozos mortíferos” que aí se potencializariam de maneira singular.

Bauman também deixa escapar o lento e incerto, o indecível trabalho narrativo de *revelação* (no sentido tanto metafísico quanto fotográfico), que, tendo partido do movimento dos *wandervogel* (“pássaros migradores”) — seu momento reprodutor —, dos movimentos de juventude tanto de “direita” quanto de “esquerda”, em que se estabeleceram muitos dos emblemas do futuro nazismo (a saudação hitleriana, a cruz suástica, os mitos medievais semelhantes à fantasia heróica da ficção científica), tornou-se mais denso na emergência do movimento nazista, para se cristalizar na supremacia da SS sobre o conjunto dos corpos constituintes do nazismo, tida como seu momento de *realização himmleriana*.

Acerca desse trabalho narrativo, cujo modelo teórico de abordagem mais eficaz é o da “economia narrativa”, realçado por Jean Faye em seu livro *As linguagens totalitárias*, pode-se concluir que: “As transmissões e as transformações de enunciados efetuados (na formação da linguagem nazista) derrubaram a constatação de Tucídides: não é a justificação dos atos ‘considerados censuráveis’ que mudou o sentido das palavras. Foram as cadeias de enunciação, tecidas na trama do Movimento Nacional e no circuito geral da ideologia, que constituíram o lugar em que, antecipadamente, os atos de morte se tornaram possíveis, justificados, realizados. [...] Em vez de a linguagem refletir o grupo social, é ela que se reflete nele os sobre ele” (FAYE, 1973).

Na mesma direção, a tentativa de sondar o enigma do nazismo nos leva para o lado de *A sociedade dos amigos do crime* e, de maneira mais ampla, da ‘fábula’ sadiana, como Lacan insiste em chamá-lo (LACAN, 1966). Max Horkheimer e Theodor Adorno tiveram essa intuição desde cedo, em sua leitura de *A história de Juliette* (HORKHEIMER & ADORNO, 1974). Albert Camus os seguiu em muitas alusões eficazes e sem disfarces em *O homem revoltado* (CAMUS, 1951), ao constatar que, na “república farpada de Sade”, “a maior destruição coincide com a maior afirmação”. E Maurice Blanchot, sem ligá-las, propôs, em *A razão de Sade* (BLANCHOT, 1963), inúmeras chaves de *ressonância*. Nas ciências sociais, conhecemos apenas a tentativa de aproximação a isso feita por Eugène Enriquez (ENRIQUEZ, 1983).

O preâmbulo da terceira parte dos estatutos de *A sociedade dos amigos do crime*, por exemplo, estipula que:

“a sociedade se serve da palavra ‘crime’ para se conformar aos usos recebidos, mas declara que não designa assim nenhuma espécie de ação, seja ela de que tipo for [...]. Ela aprova e legitima tudo, assim como observa que os seus mais zelosos sectários

são aqueles que, sem nenhum remorso, entregaram-se a um número maior dessas ações vigorosas que os idiotas têm a fraqueza de nomear crimes.”

O crime, como Sade faz um de seus libertinos dizer, “é necessário no mundo”.

Haveria aqui uma ressonância tão improvável quanto aquela que soa com o que era confiado por Hitler a Hermann Rauschning? Em seus termos: “a própria palavra ‘crime’ sobrevive de um mundo passado. Distingo apenas atividade positiva e atividade negativa. Pouco importa qual crime, no velho sentido do termo, ainda é um ato mais valoroso do que a imobilidade burguesa”.

Claro, se a noção de crime se apaga, então o menor escritório da administração burocrática de Estado, comprometido e corrompido, pode transformar-se numa oficina criminosa.

É possível continuar a comparação entre o manual libertino e informal de embuste de todos por todos em *A história de Juliette*, e o croqui do partido nazista em sua confraria de predadores, ao modo do ‘enriqueçam-se’ do décimo sexto capítulo de *Hitler me contou*, de Rauschning. Entre outros aspectos, este ponto extremo aludido por Hitler: “Temos razão em especular mais sobre os vícios do que sobre as virtudes do homem. A Revolução Francesa apelava para a virtude. Melhor fazermos o contrário”. Sade, em *A história de Juliette*: “Os vícios são mais necessários do que as virtudes.”²

² Ou, então, isto, que Dolmancé, em *A filosofia de alcova*, diz a Eugénie: “Seja como for, as perversidades que podemos cometer contra nossos irmãos se reduzem principalmente a quatro: a calúnia, o roubo, os delitos que, causados pela impureza, podem atingir desagradavelmente a outros, e o assassinato. Todas essas ações, consideradas capitais em um governo monárquico, serão igualmente graves em um Estado republicano? [...] Nas repúblicas da Grécia, examinavam-se cuidadosamente todas as crianças que chegavam ao mundo, das quais aquelas que não se consideravam bem conformadas para um dia defenderem a República eram imediatamente imoladas. Lá, não se achava essencial erigir casas ricamente dotadas para conservar essa vil escória da natureza humana [...]. É preciso esperar que a nação reforme essa despesa, a mais inútil de todas; todo indivíduo que nasce sem as qualidades necessárias para, um dia, tornar-se útil à República não tem nenhum direito a conservar a vida, e o que se pode fazer de melhor é retirá-la dele no momento em que a recebe.” O que se passa no programa T4 de eutanásia dos deficientes? É que, ainda Dolmancé, “os únicos perigos do mundo são a piedade e a beneficência; a bondade jamais passa de uma fraqueza, de cuja ingratidão e impertinência os fracos sempre forçarão os honestos a se arrependerem”. Leiamos ainda as recomendações de Juliette à Sra. de Donis, na quarta parte de sua *História*. Aí, encontramos o rascunho de um possível breviário da SS em seu desígnio de realizar a Shoah. Recomendasse: a apatia e a impassibilidade dos caracteres, a serem endurecidos pela multiplicação de crimes; o despojamento e a espoliação sistemática das vítimas; a reiteração das precauções e a dissimulação, evocadas na proporção da atrocidade dos crimes; o bom uso de locais afastados para cometê-los, de preferência no campo. Em 120 dias, o duque de Blangis dizia às suas vítimas: “Examinem sua situação [...] vocês estão fora da França, no coração de uma floresta desabitada [...]. Vocês já estão mortos para o mundo.”

Como afirmaram Horkheimer e Adorno em 1944, “os vícios privados em Sade são a historiografia antecipada das virtudes públicas da era totalitária”...

Evidentemente, é absurdo deduzir o nazismo das fúrias literárias do marquês de Sade, mas seria insensato não assinalar o que essas contigüidades indicam em sua incomensurabilidade. Nelas, há o traço de uma mesma paixão mortífera expressando esquemas mentais análogos. Indicam também que os algoritmos e os dispositivos, as maneiras de fazer e as exaltações de violência heroicizada da cifra criminosa, não são tão variados.

Mas entre *fúria sadiana* e *hubris nazista* há também uma proximidade de “ficções que validam” a “Natureza”, em Sade, e a “Biologia”, no nazismo. Rudolf Hess não declarava que “o nacional-socialismo não passava de uma biologia aplicada?” A “Natureza” dos libertinos e a “Biologia” dos nazistas desempenham a função de “Ser supremo”.

Isso deve nos alertar contra todo tipo de confusão. Dizemos, de maneira clara, a *ressonância “sadiana”,* e não “sádica”. O sadismo como crueldade erotizada não é o traço de ressonância a ser explorado. Negligenciamos a enciclopédia dos abusos sexuais e a fabricação do corpo sadiano (HENAFF, 1978) porque há, em Sade, uma lógica do discurso da soberania e das práticas acarretadas por ela que vale como testemunho útil ao esforço de contornar a cifra criminosa do nazismo; na boca de suas personagens libertinas, existem inúmeras ressonâncias com a “sociografia himmleriana”, entre as quais o eugenismo, a eutanásia e as condições topográficas para a boa realização dos crimes. Além da “heroicização da violência”, introduzida e conduzida por esta, a *onipotência narcísica*, noção que tomamos de empréstimo da psiquiatria (RACAMIER, 1992; ZAGURY, 1996), parece estabelecer ressonâncias entre os libertinos literários da obra de Sade e a SS como órgão de realização acabada do processo de cristalização nazista, devendo substituir-se a censura comum “psicologizante” do nazismo pela noção de “sadismo”.

Se as “*hubris sádicas*” se desencadeiam e se realizam com os médicos da SS, como Rascher, Kahr e outros; se as “*técnicas*” de apavoramento praticadas por estes e por Mengele (KLEE, 1999) certamente evocam os cirurgiões Rodin e Rambeau da história de Justine, ou mesmo Bandole; e se a lubricidade das crueldades criminosas dos guardas da SS, entre os quais Moll em Auschwitz (MÜLLER, 1980), assinalam, de maneira óbvia, o desencadeamento das pulsões sádicas assassinas, isso se dá à sombra de um gozo de outra natureza.

Para Maurice Blanchot, *A história de Juliette* é uma espécie de *Bildungsroman*, um livro de aprendizagem de uma alma enérgica. Nele, a *apatia*, a *indiferença* e a *insensibilidade* constituem o portal buscado, assinalam o acesso à *onipotência*. Como diz

Blanchot, “o centro do mundo sádico é a exigência de soberania feita por intermédio de uma imensa negação que se realiza de maneira incomensurável”.³ Ao destruir, o libertino sadiano não se apodera de vidas, mas verifica sua nulidade. A insignificância das vítimas enfatiza a superpotência narcísica.

Himmler, no discurso de Podem, em outubro de 1943, afirma: “A maioria de vocês sabe o que quer dizer cem, quinhentos ou mil cadáveres alinhados. Tê-lo visto e permanecido íntegro — exceção feita a algumas fraquezas humanas —, eis o que forjou uma alma de aço. Eis o que constitui uma página gloriosa de nossa história...”.

“O nazismo se insinuou na carne e no sangue de muita gente, por meio de expressões isoladas, de volteios, das formas sintáticas que se impunham a milhões de exemplares e foram adotadas de maneira mecânica e inconsciente”, observa Victor Klemperer. Ele acrescenta:

“o Terceiro Reich forjou de sua lavra, em sua língua, um número muito reduzido de palavras. A língua nazista remete, com freqüência, a termos estrangeiros; de resto, na maior parte das vezes, toma-as emprestadas de alemães anteriores a Hitler. Ela, contudo, muda o valor das palavras e sua freqüência.” (KLEMPERER, 1996)

As três primeiras palavras nazistas que Klemperer identificou foram: “expedição punitiva”, “cerimônia oficial”, “histórica”. Elas ainda pertencem à dimensão operatória da “captura em massa”, esmiuçada por Freud em “Psicologia de grupos e análise do eu” (FREUD, 1921/1999).

De seu ponto de observação e testemunho, ele não tinha acesso aos operadores léxicos da destruição, os de todos os assassinatos, aqueles de que o texto freudiano nos advertia sobre sua provável chegada, sem poder revelá-los, identificá-los, adivinhá-los, pois eram iscas lançadas, sem que se soubesse, sobre as vias de facilitação.

A língua nazista inventou poucas palavras, mas criou uma semântica embebida de gozo destrutivo e mortífero, de falso disfarce e verdadeira aparência: *Sonderbehandlung*, *Abtransport*, *Ausrottung*, *Desinfektion*, *Durchgeschleusst*, *Einschläferung*, *Endlö-*

³ De Clairwill para St. Fond: “Substitui a idéia voluptuosa que te esquenta a cabeça, a idéia de prolongar ao infinito os suplícios do ser que votamos à morte. Substitui por uma maior abundância de assassinatos; não mates por mais tempo o mesmo indivíduo, o que é impossível, mas assassina mais deles, o que é exequível.” Comentário de Blanchot, a ser mantido: “O grande número é, com efeito, uma solução muito mais correta. Considerar os seres do ponto de vista da quantidade os mata mais completamente do que a violência física que os aniquila.”

sung, Evakuierung, Liquidation, Reiningung, Selektion, Vergasung, Vernichtung, Weiterbehandlung etc. (WULF, 1963).

A esse respeito, Robert Proctor teve a intuição profunda expressa nesta judicious observação: “Os nazistas acabaram tendo tantas palavras para designar o assassinato quanto têm os esquimós para evocar a neve” (PROCTOR, 2001).

“Em agosto de 1944, quando por vezes era preciso incinerar vinte mil cadáveres, as fossas a céu aberto resolveram os problemas de saturação. Assim, a capacidade de destruição se aproximava de um ponto em que não mais teria limites. Por mais simples que tenha sido, foram necessários muitos anos para ajustar esse sistema ao quadro da constante aplicação de técnicas administrativas. Na evolução da cultura ocidental, teriam sido precisos milênios” (HILBERG, 1988).

Tentar pensar o que foi o nazismo é pôr-se à escuta da historização dinâmica na Cultura de uma pulsão de destruição. Ela pouco tem a ver com o “retorno ao inanimado”. Trata-se de construir a probabilidade de uma Civilização de Morte como uma marcha rumo a uma hubris de destruição, cujos territórios foram aqui os dos campos de concentração, e o objeto cultural culminante, as câmaras de gás e as fossas crematórias. De notar, à margem, que a barbárie hoje é o nome do momento da cultura em que o “progresso na vida do espírito” se desmorona num terreno impregnado de assassinatos da hubris pulsional. Desmorona-se mais do que regride, supondo-se, antecipadamente, que seu percurso ainda não chegou ao fim.

Resta-nos, então, ser otimistas com Hölderlin: “Ali onde cresce o mal, cresce também o remédio”; ou pessimistas com Michaux: “Os desastres chamam uns aos outros.”

Enquanto isso, retemos da literatura rabínica que, em tempos messiânicos, Deus degolará Leviatã e Behemoth, e dará sua carne em alimento por ocasião de um festim escatológico. Ele o fará por meio de um combate que terá iniciado entre os dois monstros, que acabarão se matando. Só assistirão a esse combate, como enfatizam os mestres do Talmude, aqueles que terão sabido renunciar aos prazeres do circo e suas lutas de gladiadores...

Recebido em 12/12/2007. Aprovado em 20/1/2008.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. (1984) *Modèles critiques*. Paris: Payot.
- ARENDT, H. (1972) *Le système totalitaire*. Paris: Seuil.
- . (1966) *Eichmann à Jérusalem, rapport sur la banalité du Mal*. Paris: Gallimard.
- ARLACCHI, P. (1986) *Mafia et compagnies, l'éthique mafiosa et l'esprit du capitalisme*. Grenoble: PUG.
- BAUMAN, Z. (2002) *Modernité et Holocauste*. Paris: La Fabrique Éditions.
- BIRMAN, J. (2002) "Aux frontières de la barbarie. Une lecture généalogique du discours freudien", in MATTEI, J. F. & ROSENFELD, D. (org.). *Civilisation et barbarie. Réflexions sur le terrorisme contemporain*. Paris: PUF.
- BLANCHOT, M. (1963) *Lautréamont et Sade*. Paris: Minuit.
- BLOCH, E. (1978) *Héritage de ce temps*. Paris: Payot.
- BROWNING, C. (1994) *Des hommes ordinaires, le 101^{ème} bataillon de réserve*. Paris: Les Belles Lettres.
- CALLINGWOOD, R. G. (2001) *Le nouveau Leviathan*. Paris: Kimé.
- CAMUS, A. (1951) *L'Homme révolté*. Paris: Gallimard.
- CHALAMOV, V. (1993) *Essais sur le monde du crime*. Paris: Gallimard.
- ENRIQUEZ, E. (1983) *De la Horde à l'État, essai de psychanalyse du lien social*. Paris: Gallimard.
- FAYE, J-P. (1973) *Langages totalitaires*. Paris: Hermann.
- FREUD, S. (1915/1988) "Actuelles sur la guerre et la mort", in: *Oeuvres complètes, tome XIII*. Paris: PUF.
- . (1921/1991) *Psychologie des masses et analyse du moi*, in: *Oeuvres complètes, tome XVI*. Paris: PUF.
- . (1930/1971) *Malaise dans la civilisation*. Paris: PUF.
- FROST, B. (1973) *Book of the Werewolf*. London: London Sphere Books.
- GROSSMAN, V. (1984) *Tout passe*. Paris: Julliard/ L'Age d'Homme.
- HENAFF, M. (1978) *Sade: l'invention du corps libertin*. Paris: PUF.
- HERF, J. (1984) *Reactionary modernism: technology, culture and politics in Weimar and the Third Reich*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HILBERG, R. (1988) *La destruction des juifs d'Europe*. Paris: Fayard.
- HORKHEIMER, M. & ADORNO, T. (1974) *La dialectique de la raison*. Paris: Gallimard.
- KLEE, E. (1999) *La médecine nazie et ses victimes*. Arles: Solin /Actes Sud.
- KLEMPERER, V. (1996) *LTI: la langue du III^{ème} Reich*. Paris: Albin Michel.
- JONES, E. (1990) *La vie et l'oeuvre de Sigmund Freud*. Paris: PUF.
- KOGON, E. (1970) *L'État S.S.* Paris: Seuil.
- LACAN, J. (1960-1/1966) *Le Séminaire livre VII, L'Éthique de la psychanalyse*. Paris: Seuil.
- LACHS, J. (1981) *Intermediate man*. Indianápolis: Hackett Publishers.
- LYOTARD, J.-F. (1993) "La mainmise", in: *Un trait d'union*. Paris: PUG.
- MASON, T. W. (1966) "Primat de la politique à l'économie dans l'Allemagne nationale-socialiste", in: SCHOENBAUM, D. (org.). *La Révolution Brune*. Paris: Gallimard.
- MAYER, A. J. (1990) *La solution finale dans l'histoire*. Paris: La Découverte.

- MOMMSEN, H. (1998) *Le national-socialisme et la société allemande*. Paris: Maison des Sciences de L'Homme.
- MÜLLER, F. (1980) *Trois ans dans une chambre à gaz*. Paris: Pygmalion.
- NEUMAN, F. (1987) *Behemoth, structures et pratiques du national-socialisme*. Paris: Payot.
- PARSONS, T. (1993) "Democracy and social structure in pre-nazi Germany", in GERHARDT, U. (org.). *Talcott Parsons on National Socialism*. Hawthorne: Aldine de Gruyter.
- PROCTOR, R. N. (2001) *La guerre des nazis contre le cancer*. Paris: Les Belles Lettres.
- RABINOVITCH, G. (2000) "Von der Allmacht der Verdinglichung und vom wissenschaftlichen Denken", in: *Ethik und Wissenschaft in Europa*. Freiburg: Alber.
- . (2005) *Figuras da barbárie, Psicologia em Revista*, v.11, n.17. Belo Horizonte.
- RACAMIER, P. C. (1992) *Le génie des origines, psychanalyse et psychoses*. Paris: Payot.
- RAUSCHNING, H. (1939) *Hitler m'a dit*. Paris: Éd. de la Coopération.
- . (1980) *La Révolution du nihilisme*. Paris: Gallimard.
- REICHEL, P. (1993) *La fascination du nazisme*. Paris: Odile Jacob.
- SCHLANGER, J. (1971) *Les métaphores de l'organisme*. Paris: Vrin.
- SCHOENBAUM, D. (1966) *La Révolution brune*. Paris: Gallimard.
- WULF, J. (1963) *Aus dem Lexicon der Murder: "Sonderbehandlung" und verwandte Worte in nationalsozialistischen Dokumenten*. Gütersloh: S. Mohn.
- ZAGURY, D. (1996) "Entre psychose et perversion narcissique. Une clinique de l'horreur: les tueurs en série", in: *L'Évolution psychiatrique*, tome 61, fascicule 1. Paris: Dunod.
- ZALTZMAN, N. (1998) *De la guérison psychanalytique*. Paris: PUF.